



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

Ofício nº 353/2014-MPDFT/PDOT

Brasília/DF, 13 de outubro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

Praça do Buriti - Palácio Costa e Silva, Procuradoria-Geral do TCDF

CEP 70075-901 - BRASÍLIA - DF

Referencia: ICP nº 08190.141420/13-28

Senhor Procurador Geral,

Encaminho cópia do Ofício 352/2014 – MPDFT/PDOT enviado ao Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Atenciosamente,

André Luiz Cappi
ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA
Promotor de Justiça Adjunto

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF
15 OUT 14 5 3 008694
AUTARQUIA DE REGISTRO
SEÇÃO DE REGISTROS E ARQUIVO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

Referência MPDFT: 08190.141420/13-28

DESPACHO MINISTERIAL

No desempenho de suas atribuições ministeriais de *“zelar pelo efetivo cumprimento das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio 2000) referentes à renúncia de receitas”* (art. 12, III, da Resolução 090/2009 do CSMPDT), foram encaminhados os ofícios 129/2013-MPDFT/PDOT, 343/2013-MPDFT/PDOT e 215/2014-MPDFT/PDOT, bem como a Recomendação 001/2013-PDOT/MPDFT, ao Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal, solicitando informações acerca da existência de estudos de impacto orçamentário e financeiro para o presente exercício e os dois seguintes, relativamente à Lei distrital 5.096/2013 (Programa RECUPERA DF).

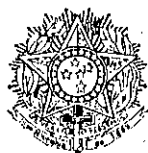
Em resposta aos referidos ofícios, a Secretaria da Fazenda do Distrito Federal encaminhou os Ofícios 1010/2013-SUREC/SEF, 362/2013-GAB/SEF, 2629/2013-SUREC/SEF, 2.704/2013-SUREC/SEF e 1593/2014-SUREC/SEF.

A partir destas informações, bem como a partir de verificações realizadas no âmbito das leis orçamentárias, constatou-se que o Distrito Federal não cumpriu algumas exigências para a renúncia de receitas elencadas nos diplomas legais pertinentes, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal. Ao final, foram constatadas as seguintes irregularidades.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal enumera diversos requisitos financeiro-orçamentários destinados a manter o equilíbrio fiscal, exigindo que a concessão ou a ampliação do benefício fiscal seja acompanhada de *“estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes”* (art. 14, caput, da LRF). Essa estimativa é prévia à própria LDO, visto que, dentre os anexos desta lei orçamentária, inclui-se o *“demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita”* (art. 4º, § 2º, V, da LRF).

Além de estimar o impacto e lançá-lo em anexo da LDO, é necessária a *“demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias”* (art. 14, I, da LRF).

Em função da condição do art. 14, I, da LRF, não basta a mera inclusão dos valores da renúncia de receitas nas leis orçamentárias, fazendo-se necessário que a diminuição da receita seja **efetivamente** levada em consideração quando da apuração do valor final da receita estimada. E mais, isso precisa ser **demonstrado** pelo proponente da medida.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

Ora, se o Poder Público irá renunciar a uma receita, conclui-se que o valor total será reduzido no mesmo montante da renúncia. Se a receita totalizava 12 bilhões e o Distrito Federal irá renunciar a 100 milhões, é evidente que isso importará em reavaliação da receita, devendo ser ajustada para 11,9 bilhões.

Afora isso, existe a possibilidade de a renúncia importar em incremento de arrecadação por motivos diversos, como o aquecimento da economia, a recuperação de créditos de difícil recebimento etc. Tudo isso importa em modificações da estimativa de receita, que terão de ser necessariamente levadas em consideração quando da elaboração das leis orçamentárias, bem como objeto de efetiva demonstração pelo proponente.

Além disso, é exigido que também seja demonstrado que a renúncia não afetará as metas de resultados fiscais previstas nos anexos da LDO.

Questionada quanto a estas exigências legais, a Secretaria da Fazenda respondeu através do **Memorando 36/2013-COPAF/SUREC/SEF (fl. 31)**, em que afirmou que a renúncia foi prevista no projeto da LOA do ano de 2013, no Quadro IV, mas que os valores consideravam que o benefício seria concedido apenas naquele exercício. O Quadro IV do projeto de lei da LOA/2013 tem o seguinte conteúdo:

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA PARA MULTAS E JURÓS (R\$ 1,00) - PLOA 2013							
CAPITULAÇÃO LEGAL			NATUREZA	2013	2014	2015	
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Leis nº 3.194/2003 (REFAZ I) e 3.667/2005 (REFAZ II)	Não inscritos na Dívida Ativa	1.480.918	1.555.243	1.629.130	
			Inscritos na Dívida Ativa	394.329	414.119	433.793	
		LC nº 781/2008 (REFAZ III)	Não inscritos na Dívida Ativa	219.644	230.667	241.626	
			Inscritos na Dívida Ativa	2.401.591	2.522.123	2.641.945	
		Convênio ICMS 75/12 e Projeto de Lei Complementar a ser enviado a CLDF (Resolve Já)	Não inscritos na Dívida Ativa	19.376.112			
			Inscritos na Dívida Ativa	129.452.725			
		TOTAL			153.325.318	4.722.153	4.946.495

Elaboração: Gerência de Estudos Econômicos e Política Fiscal/COPAF/SUREC/SEF

Importante destacar que o valor nele mencionado para o programa “Resolve Já” não tinha sido considerado na LDO/2013, visto que o texto aprovado originalmente sequer mencionava o referido programa no seu Anexo XI da LDO/2013:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) - PLDO 2013

CAPITULAÇÃO LEGAL			NATUREZA	2013	2014	2015
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Leis nº 3.194/2003 (REFAZ I) e 3.687/2005 (REFAZ II)	Não inscritos na Dívida Ativa	1.478.607	1.550.837	1.623.707
			Inscritos na Dívida Ativa	393.713	412.946	432.349
		LC nº 781/2008 (REFAZ III)	Não inscritos na Dívida Ativa	219.301	230.014	240.822
			Inscritos na Dívida Ativa	2.397.843	2.514.978	2.633.151
			TOTAL	4.489.464	4.708.776	4.930.029

Elaboração: Gerência de Estudos Econômicos e Política Fiscal/COPAF/SUREC/SEF

A previsão da renúncia de receita referente ao programa "Resolve Já" no projeto da LOA/2013 deu-se, inclusive, sem a prévia retificação da LDO. Constata-se, portanto, que houve mera inclusão da renúncia de receitas no projeto da LOA/2013, sem que a repercussão de tal projeto fosse devidamente considerada nas leis orçamentárias, inclusive quanto às metas fiscais mencionadas nos anexos da LDO, que sequer sofreram alteração.

Somente no ano de 2013, durante o exercício financeiro e após a promulgação da LOA/2013 (Lei distrital 5.011/2012), é que o anexo de renúncia de receitas da LDO foi alterado pela Lei distrital 5.093/2013 para incluir o benefício fiscal:

ANEXO ÚNICO

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) - LDO 2013

CAPITULAÇÃO LEGAL			NATUREZA	2013	2014	2015
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Leis nº 3.194/2003 (REFAZ I) e nº 3.687/2005 (REFAZ II)	Não inscritos na Dívida Ativa	1.480.918	1.555.243	1.629.130
			Inscritos na Dívida Ativa	394.329	414.119	433.793
		LC nº 781/2008 (REFAZ III)	Não inscritos na Dívida Ativa	219.644	230.667	241.626
			Inscritos na Dívida Ativa	2.401.591	2.522.123	2.641.945
		Convênios ICMS 75/12 e 149/2012 e Projeto de Lei nº 1.399/2013	Não inscritos na Dívida Ativa	19.376.112	2.822.922	1.914.322
			Inscritos na Dívida Ativa	129.452.725	18.860.078	12.789.678
		TOTAL		153.325.318	26.405.152	19.650.494



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

Essa inclusão ocorreu, todavia, sem que fossem promovidos os devidos ajustes nas receitas estimadas ou que tais valores fossem considerados para efeito de atingimento das metas fiscais fixadas nos anexos da LDO. A alteração da LDO/2013 deu-se, portanto, de maneira meramente formal, sem que a demonstração de que tais renúncias foram consideradas na estimativa de receita ou nas metas fiscais.


Em função disso, tem-se que a condição do art. 14, I, da LRF não foi atendida (*"demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias"*).

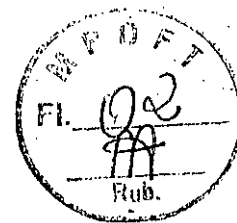
A exigência de inclusão, no projeto de Lei Orçamentária Anual, de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 5º, II, 1ª parte, da LRF; art. 165, § 6º, da CF; e art. 149, § 7º, II, da LODF) também não foi atendida, visto que inexistente tal demonstrativo no projeto da LOA ou mesmo em qualquer das leis orçamentárias. Ademais, a Secretaria da Fazenda, mesmo instada a manifestar-se sobre o assunto, não apresentou qualquer justificativa para essa omissão.

Diante do exposto, **DETERMINO** à Secretaria que encaminhe ofício ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com cópia para a Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao mesmo Egrégio Tribunal, acompanhando deste despacho e dos documentos mencionados.

O ofício deverá ser remetido através da Procuradoria-Geral de Justiça, com cópia da Portaria de Instauração de ICP 001/2013-PDOT, nos termos do art. 7º, §§ 3º e 4º, da Resolução 66/2005 do Conselho Superior do MPDFT.

Brasília/DF, 09 de outubro de 2014.


André Luiz Cappi Pereira
Promotor de Justiça Adjunto



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

Nº 001/2013 – PDOT

Requerente: instauração de ofício.

Pessoa a quem os fatos são atribuídos: a apurar.

Assunto: acompanhamento da observância dos requisitos legais para a renúncia de receitas decorrentes do programa RECUPERA/DF.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio do Promotor de Justiça Adjunto signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República, e:

a) considerando a aprovação da Lei distrital 5.096/2013 que "Institui o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal - RECUPERA/DF e dá outras providências";

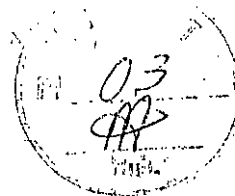
b) considerando que o programa RECUPERA/DF tem como objetivo "promover a regularização de créditos" (art. 1º, *caput*), prevendo, para tanto, "a redução de juros de mora e multa, inclusive moratória" (art. 3º), o que caracteriza renúncia de receitas;

c) considerando as incumbências previstas no art. 129, III, da CF; art. 5º, II, *a* e *b*, art. 5º, III, *b*, art. 5º, V, *b*, art. 6º, VII, *b* e *d*, e art. 7º, I, todos da Lei Complementar 75/1993;

d) considerando que incumbe às Promotorias de Defesa da Ordem Tributária zelar pelo efetivo cumprimento das normas referentes à previsão, instituição e arrecadação previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio 2000) e outras normas congêneres, inclusive quanto às normas referentes à renúncia de receitas;

e) considerando que é atribuição das Promotorias de Defesa da Ordem Tributária o acompanhamento das medidas de combate à sonegação fiscal, inclusive quanto à legalidade dos atos praticados;

f) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e a Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

DETERMINA a conversão do procedimento preparatório 08190.022335/13-16 em inquérito civil público, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior arquivamento ou ajuizamento, bem como as seguintes diligências:

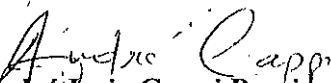
a) registro e autuação como Inquérito Civil Público, devendo constar na capa do procedimento a ementa desta portaria;

b) a remessa de cópia da portaria instauradora do inquérito civil público à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível e à imprensa oficial para publicação;

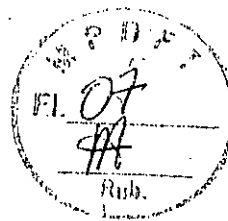
c) a expedição de ofício para o Subsecretário da Receita do Distrito Federal, com prazo de 30 (trinta) dias para resposta, requisitando as seguintes informações: (1) o valor total da renúncia de receitas produzida pelo programa RECUPERA/DF, em decorrência da redução dos juros de mora e multas; (2) listagem de todos os créditos tributários constituídos através de autos de infração que foram objeto da redução de juros de mora e multas, em razão da adesão ao programa RECUPERA/DF, devendo constar o percentual da multa tributária aplicado em cada caso; e (3) quais foram os instrumentos e procedimentos utilizados para impedir a adesão ao programa RECUPERA/DF de créditos tributários classificados na legislação tributária como "sonegação fiscal, fraude ou conluio".

Após a vinda das informações ou o decurso de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do ofício mencionado no item "c", venha o inquérito civil público concluso para deliberação.

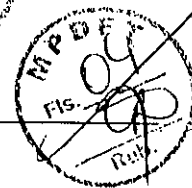
Brasília/DF, 01 de outubro de 2013.


André Luiz Cappi Pereira

Promotor de Justiça Adjunto

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

1

**LEI Nº 5.096, DE 10 DE ABRIL DE 2013****(Autoria do Projeto: Poder Executivo)****Institui o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – Recupera/DF e dá outras providências.****O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,**

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – Recupera/DF, destinado a promover a regularização de créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, na forma e nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º Podem ser incluídos no Recupera/DF:

I – os débitos oriundos de declarações espontâneas ou lançamentos de ofício cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2011;

II – os saldos de parcelamento deferidos, ainda que posteriormente cancelados de ofício pela autoridade competente, com fundamento na Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, na Lei nº 3.194, de 29 de setembro de 2003, na Lei nº 3.687, de 20 de outubro de 2005, na Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, na Lei Complementar nº 811, de 28 de julho de 2009, na Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011, ou na forma da Lei nº 4.960, de 1º de novembro de 2012, desde que relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2011.

§ 2º O disposto no § 1º, II, aplica-se também aos casos em que o contribuinte requeira sua exclusão dos programas de que tratam a Lei Complementar nº 432, de 2001, a Lei nº 3.194, de 2003, a Lei nº 3.687, de 2005, a Lei Complementar nº 781, de 2008, a Lei Complementar nº 811, de 2009, a Lei Complementar nº 833, de 2011, e a Lei nº 4.960, de 2012, desde que relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2011, no prazo a ser definido em regulamento.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos débitos:

I – relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICM;

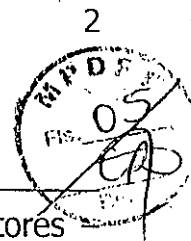
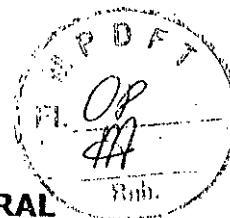
II – relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

III – relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;

IV – relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



V – relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; -

VI – relativos ao Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI;

VII – relativos ao Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* ou Doação de Bens e Direitos – ITCD;

VIII – relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999;

IX – relativos à Taxa de Limpeza Pública – TLP;

X – decorrentes de penalidades pecuniárias, por descumprimento de obrigação acessória.

Art. 2º Considera-se débito consolidado, para efeito do disposto nesta Lei, o montante obtido pela soma dos valores referentes ao principal devido, à atualização monetária, aos juros de mora reduzidos, à multa reduzida, inclusive a de caráter moratório, e aos demais acréscimos previstos na legislação específica.

§ 1º Os débitos de pessoa jurídica são consolidados pela raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

§ 2º São consolidados separadamente:

I – os débitos do ICM, do ICMS e do Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 1999;

II – os débitos decorrentes exclusivamente de penalidades pecuniárias, por descumprimento de obrigação acessória;

III – os demais débitos dos tributos relacionados no art. 1º.

§ 3º O contribuinte pode optar pelo pagamento de qualquer das consolidações a que se refere o § 2º.

§ 4º Os débitos referidos no art. 1º ainda não constituídos devem ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§ 5º Os benefícios da Lei nº 3.194, de 2003, da Lei nº 3.687, de 2005, da Lei Complementar nº 781, de 2008, da Lei Complementar nº 811, de 2009, da Lei Complementar nº 833, de 2011, da Lei nº 4.960, de 2012, e das demais legislações em vigor não são cumulativos com os benefícios desta Lei, para os fins do art. 1º, § 1º, II, e § 2º.

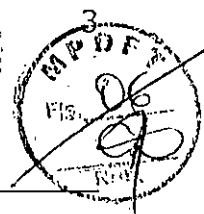
§ 6º Os benefícios fiscais previstos nesta Lei não se aplicam ao crédito tributário constituído por meio de lançamento de ofício cuja infração esteja tipificada na legislação tributária como sonegação fiscal, fraude ou conluio.

§ 7º O auto de infração que contenha itens com infração a que se refere o § 6º pode ser desmembrado, na forma do regulamento, para fins dos benefícios de que trata esta Lei, desde que, cumulativamente:

I – os demais itens sejam consolidados, inclusive com a multa acessória;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

09/11/2011



II – o débito não esteja inscrito em dívida ativa.

§ 8º O auto de infração que também contenha débitos relativos a período posterior a 31 de dezembro de 2011 pode ser desmembrado, na forma do regulamento, para usufruir dos benefícios de que trata esta Lei.

Art. 3º O Recupera/DF consiste na redução de juros de mora e multa, inclusive a moratória, nas seguintes proporções:

- I – noventa e nove por cento do seu valor, no pagamento à vista;
- II – noventa por cento do seu valor, no pagamento em duas parcelas;
- III – oitenta e cinco por cento do seu valor, no pagamento em três parcelas;
- IV – oitenta por cento do seu valor, no pagamento em quatro parcelas;
- V – setenta e cinco por cento do seu valor, no pagamento de cinco a doze parcelas;
- VI – quarenta por cento do seu valor, no pagamento de treze a sessenta parcelas.

§ 1º Os créditos decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, por descumprimento de obrigações acessórias, serão reduzidos da seguinte forma, para a quantificação do crédito favorecido:

- I – noventa e cinco por cento do seu valor, no pagamento à vista;
- II – noventa por cento do seu valor, no pagamento em duas parcelas;
- III – oitenta e cinco por cento do seu valor, no pagamento em três parcelas;
- IV – oitenta por cento do seu valor, no pagamento em quatro parcelas;
- V – setenta e cinco por cento do seu valor, no pagamento de cinco a doze parcelas;
- VI – quarenta por cento do seu valor, no pagamento de treze a sessenta parcelas.

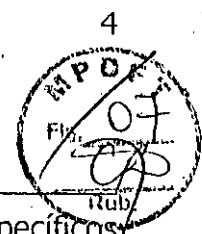
§ 2º Os benefícios desta Lei ficam condicionados ao pagamento do crédito tributário consolidado, à vista ou parcelado, exclusivamente em moeda corrente, sendo vedada a compensação com precatórios ou quaisquer outros títulos.

Art. 4º A adesão ao Recupera/DF fica condicionada:

I – ao recolhimento do valor constante de documento a ser emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, que informará o débito consolidado, o desconto concedido e a data-limite para o pagamento;

II – à desistência e à renúncia expressas, nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo ao débito a ser quitado, inclusive os débitos relativos a período posterior a 31 de dezembro de 2011, conforme art. 2º, § 8º;

III – à aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Lei e em regulamento específico;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**10
11

IV – à apresentação, se for o caso, de procuração com poderes específicos do contribuinte ou responsável;

V – à apresentação de garantia real imobiliária ou fiança bancária, para cada débito cuja consolidação efetuada nos termos do art. 2º resultar em valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º A adesão ao Recupera/DF dá-se na forma e nos prazos previstos em regulamento, que não podem exceder:

I – ao dia 27 de maio de 2013, nos casos de declaração espontânea ou desmembramento do auto de infração;

II – ao dia 30 de maio de 2013, nos demais casos.

§ 2º A formalização da adesão é efetuada com o pagamento à vista ou da primeira parcela, neste último caso, após aceite pela administração tributária das garantias previstas no inciso V do caput, quando for o caso.

§ 3º O contribuinte que não receber o documento de que trata o inciso I do caput deve requerê-lo nas Agências de Atendimento da Receita da SEF, observados os prazos a que se refere o § 1º.

§ 4º Tratando-se de débito em execução fiscal, com penhora ou arresto de bens efetivados nos autos, ou com outra garantia, a concessão do parcelamento fica condicionada à manutenção da respectiva garantia.

§ 5º O pagamento integral ou da primeira parcela constitui confissão irretratável e irrevogável do débito e aceitação plena e irrestrita das demais condições estabelecidas nesta Lei.

§ 6º O débito correspondente a desmembramento do valor consolidado, após a adesão ao programa Recupera/DF, deve ser objeto de quitação do seu valor integral, sem fruição dos benefícios desta Lei.

§ 7º (VETADO).

§ 8º O Poder Executivo promoverá campanha publicitária para ampla divulgação do programa Recupera/DF.

§ 9º (VETADO).

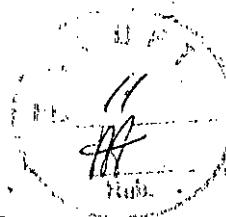
§ 10. (VETADO).

§ 11. (VETADO).

§ 12. (VETADO).

Art. 5º Na hipótese do art. 3º, o valor de cada parcela não pode ser inferior a R\$100,00 (cem reais), quando se tratar de débito de pessoa jurídica, e de R\$30,00 (trinta reais), quando se tratar de débito de pessoa física.

§ 1º Cada parcela é acrescida de variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou de outro índice que venha a substituí-lo, calculada a partir do mês seguinte ao do deferimento até o segundo mês anterior ao do

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

pagamento, e de juros simples de um por cento ao mês, durante o parcelamento, a serem considerados a partir da primeira parcela.

§ 2º A parcela não paga até o dia do vencimento é acrescida de multa de mora de:

I – cinco por cento, se efetuado o pagamento em até trinta dias após a data do respectivo vencimento;

II – dez por cento, se efetuado o pagamento após o prazo de trinta dias contado da data do respectivo vencimento.

§ 3º Cabe ao regulamento fixar a data de vencimento das parcelas.

Art. 6º O contribuinte é excluído do parcelamento a que se refere esta Lei na hipótese de falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de qualquer parcela por mais de noventa dias.

§ 1º Ocorrendo a exclusão do parcelamento, o pagamento efetuado extingue o crédito de forma proporcional a cada um dos elementos que o compõem.

§ 2º A exclusão do parcelamento deve ser comunicada ao contribuinte, conforme disposto em regulamento.

§ 3º A exclusão do parcelamento implica exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e não pago, assim como a automática execução da garantia prestada, se existente, restabelecendo-se os encargos e acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 7º Aplicam-se, na concessão de parcelamento pelo Recupera/DF, no que não contrariar as disposições desta Lei, as normas existentes na legislação tributária para outras modalidades de parcelamento.

Art. 8º Para fruição dos benefícios fiscais previstos nesta Lei, os débitos ajuizados que estejam em fase de hasta pública ou leilão, já determinados pelo juízo, somente podem ser quitados à vista.

Art. 9º O recolhimento por qualquer das formas mencionadas no art. 2º não tem efeito homologatório e não impede a cobrança de débitos apurados pelo fisco posteriormente.

Art. 10. O descumprimento, a qualquer momento, dos requisitos desta Lei implica a perda dos benefícios nela previstos, tornando imediatamente exigível o saldo existente, sem as reduções de que trata esta Lei.

Art. 11. O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou a compensação de importâncias já pagas.

Art. 12. Os benefícios previstos nesta Lei não se aplicam aos débitos decorrentes da opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições previsto na Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 13. O pagamento da primeira parcela autoriza a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma do regulamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

Ofício nº 129/2013-MPDFT/PDOT

Brasília, 12 de abril de 2013.

Ao Senhor

NÉLIO LACERDA WANDERLEI

Subsecretário de Estado da Receita

SBN Qd. 02 Bloco A – 7º Andar – sala 703 – Ed. Vale do Rio Doce

71205-060 Brasília – DF

Telefones: 3312-8490/8475 3312-8006

Fax: 3312-8466

Referência: PP nº 08190.022335/13-16

Senhor Subsecretário,

Tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75, requisito que informe se os requisitos do art. 14 da LC 101/2000, necessários para a validade da renúncia de receita prevista no art. 3º da Lei Distrital 5.096/2013, foram cumpridos e, em caso negativo, requeiro o esclarecimento das providências que ainda estão pendentes.

Nos termos do § 5º, do art. 8º, da Lei Complementar nº 75/93, assinalo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para cumprimento.

Atenciosamente,

André Cappi
ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA
Promotor de Justiça Adjunto



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

RECOMENDAÇÃO 001, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

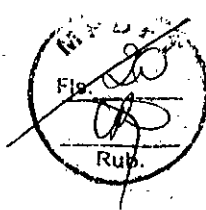
CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos ao sistema tributário, às limitações do poder de tributar, à repartição do poder impositivo e das receitas tributárias, aos direitos do contribuinte e às finanças públicas (art. 5º, II, "a" e "b", da LC 75/1993);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção desses interesses (art. 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa do patrimônio público, ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à ordem econômica e financeira (6º, XIV, "b" da Lei Complementar nº 75/93), bem como expedir recomendações visando o cumprimento das normas legais (art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que a concessão de benefícios fiscais depende do preenchimento dos requisitos enumerados no art. 70 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei distrital 4.895/2012), que especifica a necessidade de observar o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 94 da Lei Complementar distrital 13/1996, bem como que a concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária não pode ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade da redução da despesa com pessoal de qualquer órgão do Poder Público do Distrito Federal;



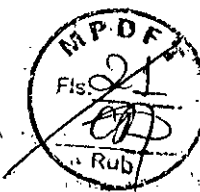
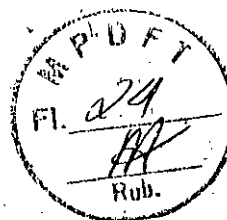
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

CONSIDERANDO que a concessão de benefício fiscal que importe em renúncia de receita depende do preenchimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar federal 101/2000), entre os quais (1) a estimativa, na Lei Orçamentária Anual, de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes (art. 14, *caput*, da LRF); (2) a observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 14, *caput*, da LRF); (3) a inclusão, nos Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia (art. 4º, § 2º, V, da LRF); (4) a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 5º, II, 1ª parte, da LRF; art. 165, § 6º, da CF; e art. 149, § 7º, II, da LODEF); (5) a inclusão de demonstrativo, em anexo da Lei Orçamentária Anual, comprovando a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas contidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I, da LRF);

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia de receita depende da adoção de uma das medidas elencadas nos incisos do art. 14 da LRF, quais sejam, (1) a demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual, elaborada na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 14, I, da LRF); ou (2) a implementação de medida de compensação, no período da vigência da Lei Orçamentária Anual e nos dois exercícios seguintes, consubstanciada em aumento de receita em montante correspondente à receita renunciada, hipótese em deverá constar demonstrativo previsto no art. 5º, II, 2ª parte, da LRF (art. 14, II, da LRF);

CONSIDERANDO que o TCDF, na decisão nº 222/11, respondendo a consulta do Governo do Distrito Federal, normatizou que qualquer benefício fiscal deverá observar o que está previsto no art. 14 da LRF;

CONSIDERANDO que os benefícios fiscais devem ser previstos, nos termos da Lei Complementar distrital 13/1996, em leis elaboradas com prazo certo de vigência, que não poderá



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

superar o prazo do plano plurianual (art. 94, *caput* e parágrafo único, da LC distrital 13/1996);

CONSIDERANDO que os benefícios fiscais que envolvam matéria tributária só podem ser concedidos por meio de lei específica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Legislativa, obedecidos os limites de prazo e valor (art. 131, I, da LODF), sendo vedada a sua concessão no último exercício de cada legislatura, salvo nos casos de calamidade pública ou de convênios celebrados no CONFAZ (art. 131, II, da LODF), bem como às empresas que violem o disposto no art. 7º, XXXIII, da CF (art. 131, III, da LODF);

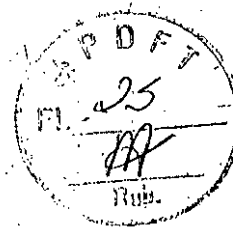
CONSIDERANDO que é vedada a concessão dos benefícios fiscais previstos na Lei distrital 5.906/2013 para créditos tributários constituídos por meio de lançamento de ofício cuja infração esteja tipificada na legislação tributária como sonegação fiscal, fraude ou conluio (art. 2º, § 6º, da Lei distrital 5.906/2013 e art. 154, parágrafo único, c/c art. 155-A, § 2º, do CTN);

CONSIDERANDO que os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a zelar pela estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos (art. 37 da CF/88 e art. 4º da Lei 8.429/1992);

CONSIDERANDO que os ocupantes de cargos públicos do Governo do Distrito Federal serão pessoalmente responsáveis por suas ações e omissões, no que tange à administração pública, conforme o art. 156 da Lei Orgânica do Distrito Federal;

CONSIDERANDO que a concessão de benefício fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, por ação ou omissão de agente público, dolosa ou culposa, caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário, nos termos do art. 10, VII, da Lei 8.429/1992;

CONSIDERANDO que a Lei distrital 5.906/2013 concede benefício fiscal substanciando na redução de juros e multa, nas proporções indicadas no seu art. 3º, e que tal medida corresponde a renúncia de receita;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios **RECOMENDA**, com fundamento no art. 6º, XX, da Lei Complementar 75/1993, ao Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal, Sr. ADONIAS DOS REIS SANTIAGO, e ao Subsecretário da Receita da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, Sr. NÉLIO LACERDA WANDERLEI, que observem todas as normas acima elencadas e decisões dos órgãos jurisdicionais e consultivos, com efeito vinculante, para efetivar ou autorizar a concessão, sob qualquer forma, do benefício fiscal previsto na Lei distrital 5.096/2013, sob pena de incorrerem, em tese, na prática de ato de improbidade administrativa prevista no art. 10, VII, da Lei nº 8.429/92.

Brasília/DF, 29 de abril de 2013.

Germano Campos Câmara

Promotor de Justiça

1ª PDOT

André Luiz Cappi Pereira

Promotor de Justiça de Adjunto

2ª PDOT

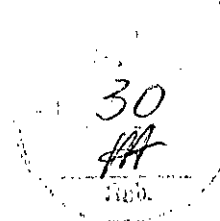
Rubin Lemos

Promotor de Justiça

3ª PDOT



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria da Receita



Ofício n.º 1010 /2013 – SUREC/SEF

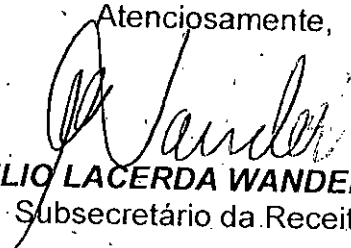
Brasília, 13 de maio de 2013.

Referência: PP 08190.022335/13-16

Senhor Promotor,

Em cumprimento ao **Ofício nº 129/2013 – MPDFT/PDOT**, encaminhamos as informações prestadas pela Coordenação de Planejamento, Pesquisa e Análise Fiscal desta Subsecretaria, através do anexo Memorando nº 36/2013 – COPAF/SUREC/SEF.

Atenciosamente,


NÉLIO LACERDA WANDERLEY
 Subsecretário da Receita

Ilmo. Sr.
ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA
 Promotor de Justiça Adjunto
 Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
BRASÍLIA - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PÊSQUISA E ANÁLISE FISCAL



GDF

MEMORANDO

Nº. 36/2013 – COPAF/SUREC/SEF

Brasília, 23 de abril de 2013.

À Subsecretaria da Receita

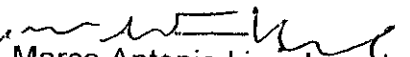
Assunto: Ofício nº 129/2013-MPDFT/PDOT.

Com vistas a subsidiar resposta ao Ofício nº 129/2013, informamos que consta no demonstrativo da projeção da renúncia tributária, elaborado para o PLOA/2013, estimativa da renúncia decorrente da redução de multas e juros moratórios pela implementação de programa de recuperação de créditos tributários, intitulado "Resolve Já", disponível em <http://www.seplan.df.gov.br/lei-orcamentaria-2013/240-projeto-de-lei-orcamentaria-anual-ploa-2013-modulos.html/4> - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES/A6_2 - QUADRO IV - RENÚNCIA - ANEXOS - OK.pdf.

A estimativa de R\$ 148.828.837,00 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e oito mil e oitocentos e trinta e sete reais), sendo R\$ 129.452.725,00 (cento e vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e setecentos e vinte e cinco reais) referentes a redução de multas e juros para débitos inscritos em Dívida Ativa e R\$ 19.376.112,00 (dezenove milhões, trezentos e setenta e seis mil e cento e doze reais) para débitos não inscritos, tomou por base minuta de projeto de lei complementar, disponibilizada por meio do Memorando nº 40/2012-NUFOR/GELEG/COTRI, de 13/08/2012, cópia em anexo, que trata de benefício análogo ao concedido pelo programa Recupera DF.

Contudo, tendo em vista a minuta de projeto de lei complementar prever a redução de multas e juros para pagamento no máximo em até 12 (doze) parcelas, considerou-se que a renúncia não ultrapassaria o exercício de 2013. Diante da previsão no âmbito do programa Recupera DF de parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas, o PLDO/2014 apresentará estimativas da redução de multas e juros para o triênio 2014-2016.

Atenciosamente,


Marco Antonio Lima Lincoln

Coordenador de Planejamento, Pesquisa e Análise Fiscal

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Missão da Subsecretaria da Receita: "Nossa missão é arrecadar receitas tributárias visando suprir o Distrito Federal de recursos financeiros necessários para o cumprimento de sua função social. Participar na formulação de políticas tributárias e promover ações de educação fiscal".

SBN Q. 02 – Bloco A – Ed. Vale do Rio Doce Edifício - 6º Andar – Sala 601 - CEP: 72.040-909
Fone (61) 3312- 8042/8016– Fax (61) 3312- 8466



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
NÚCLEO DE FORMULAÇÃO DE NORMAS



MEMORANDO

Nº 40/2012 – NUFOR/GÉLEG/COTRI

Brasília, 13 de agosto de 2012.

Assunto: Projeto de Lei Complementar – RESOLVE JÁ - Convênio ICMS nº 75/2012 e 81/2012 (SCD 24580, 24685 e 24960).

Senhor Chefe,

Encaminhamos a Vossa Senhoria minuta de projeto de lei complementar que implementa o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – RESOLVE JÁ, para fins de submissão à Câmara Legislativa do Distrito Federal conforme assevera o disposto no inciso I do artigo 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODEF.

A minuta ora proposta foi elaborada em consonância com o Convênio ICMS 75/2012 e com o Convênio ICMS 81/2012 e prevê a redução, em até 99% (noventa e nove por cento), de juros e multas relacionados a débitos de tributos de competência do Distrito Federal, condicionada ao pagamento, à vista ou de forma parcelada, do valor principal atualizado de acordo com a legislação vigente.

Por oportuno, lembramos que o Convênio ICMS 75/2012, aprovado pelo CONFAZ em 22 de junho de 2012, foi ratificado nacionalmente por meio do Ato Declaratório CONFAZ nº 11 de 13/07/12, publicado no D.O.U de 16 de julho de 2012. Ademais, ressaltamos que o Convênio ICMS 81/2012 que altera o Convênio ICMS 75/2012 foi aprovado pelo CONFAZ em 30 de julho de 2012 e, até a presente data, ainda está pendente de ratificação nacional.

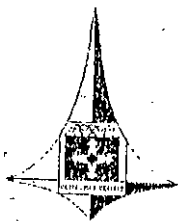
A adesão ao RESOLVE JÁ fica condicionada a:

- a) recolhimento do valor constante de documento a ser emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF) que informará o débito consolidado, o desconto concedido e a data limite para o pagamento;
- b) desistência e renúncia expressas, nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo ao débito a ser quitado;
- c) aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas;

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade."

Missão da COTRI: "Racionalizar, simplificar e disseminar a Legislação Tributária e o Processo Administrativo-Fiscal, Proporcionando clareza, uniformização de entendimentos, transparência e agilidade nas decisões"

15 8 12 1016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
NÚCLEO DE FORMULAÇÃO DE NORMAS



d) apresentação, se for o caso, de procuração com poderes específicos do contribuinte ou responsável;

e) apresentação de garantia real ou fiança bancária para os débitos consolidados a partir de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Cabe informar que a minuta anexa contempla as modificações sugeridas pelo GAB/SUREC.

Esclarecemos que, em atendimento a determinação constante do Memorando nº 455/10 – SUREC/SEF, e conforme disposto na Portaria nº 129, de 11 de outubro de 2011, segue em anexo cópia dos processos administrativos instaurados no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ que resultaram nos convênios ICMS 75/12 e 81/12, encaminhados, respectivamente, pelo Memorando nº 39/2012 - REFAZ/SEF, de 24/07/12 e pelo Memorando nº 46/2012 – REFAZ/SEF, de 06/08/12.

Cumpre enfatizar que a Gerência de Controle e Acompanhamento de Processos Especiais – GEESP/COTRI (mensagem anexa) classificou a desoneração tributária abrangida pelo Convênio ICMS 75/12, afetas ao Distrito Federal, como anistia que acarreta renúncia de receita.

Desta forma, sugerimos o encaminhamento da presente proposta ao GAB/COTRI, com vistas ao Gabinete da Subsecretaria da Receita para as providências cabíveis, em especial, quanto ao cumprimento dos ditames do art. 8º do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, com sugestão de posterior encaminhamento à Coordenadoria de Planejamento, Pesquisa e Análise Fiscal – COPAF, para avaliar o impacto na arrecadação da medida e, se for o caso, adotar providências visando à adequação da Lei Orçamentária Anual.

Respeitosamente,

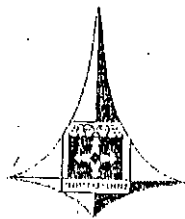
Cristiane A. de Faria
CRISTIANE ARAUJO DE FÁRIA

Auditora-Fiscal da Receita do DF

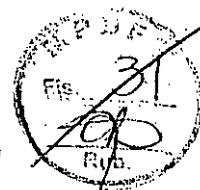
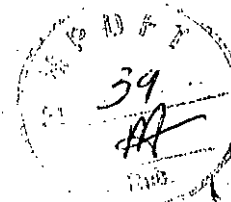
109.053-4

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade."

Missão da COTRI: "Racionalizar, simplificar e disseminar a Legislação Tributária e o Processo Administrativo-Fiscal, Proporcionando clareza, uniformização de entendimentos, transparência e agilidade nas decisões."



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
NÚCLEO DE FORMULAÇÃO DE NORMAS



GDF

Juntos por um novo DF

De acordo com o Memorando NUFOR nº 40/2012, de 13 de agosto de 2012.
Encaminhe-se à GELEG.

Em 14/08/2012.

ROBERTO ALVES MEIRELES

Chefe do NUFOR

De acordo com o Memorando NUFOR nº 40/2012, de 13 de agosto de 2012.
Encaminhe-se à COTRI.

Em 14/08/2012.

MAURICIO ALVES MARQUES

Gerente da GELEG

De acordo com o Memorando NUFOR nº 40/2012, de 13 de agosto de 2012.
Encaminhe-se à SUREC e a COPAF.

Em 15/08/2012.

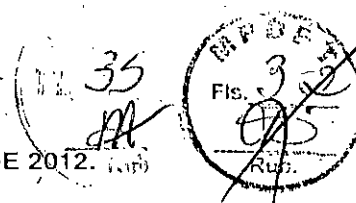
FAYAD FERREIRA

Coordenação de Tributação - COTRI
Coordenador

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade."

Missão da COTRI: "Racionalizar, simplificar e disseminar a Legislação Tributária e o Processo Administrativo-Fiscal, Proporcionando clareza, uniformização de entendimentos, transparência e agilidade nas decisões."

LEI COMPLEMENTAR Nº _____ DE _____ DE _____ DE 2012.



Institui o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – RESOLVE JÁ e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – RESOLVE JÁ, destinado a promover a regularização de créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, na forma e nas condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos débitos:

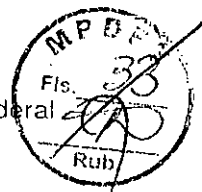
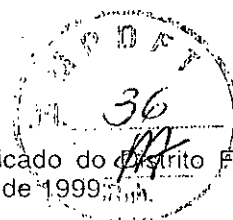
- I – relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICM;
- II – relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;
- III – relativos ao Imposto sobre Serviços – ISS;
- IV – relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- V – relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- VI – relativos ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acessão Física e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI;
- VII – relativos ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos – ITCD;
- VIII – relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999;
- IX – relativos à Taxa de Limpeza Pública – TLP.

§ 2º Poderão ser incluídos no RESOLVE JÁ:

- I – os débitos consolidados relativos ao art. 1º, oriundos de declarações espontâneas ou lançamentos de ofício cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2010;
- II – os saldos consolidados de parcelamentos deferidos e posteriormente cancelados de ofício pela autoridade competente, com fundamento na Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, na Lei nº 3.194, de 29 de setembro de 2003 (REFAZ), na Lei nº 3.687, de 20 de outubro de 2005 (REFAZ II), na Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008 (REFAZ III) ou na forma Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011, desde que relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2010.
- III – o disposto no inciso anterior aplica-se também aos casos em que o contribuinte requeira sua exclusão dos programas de que tratam a Lei Complementar nº 432, de 27 de dezembro de 2001, a Lei nº 3.194, de 29 de setembro de 2003 (REFAZ), a Lei nº 3.687, de 20 de outubro de 2005 (REFAZ II), a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008 (REFAZ III) e a Lei nº 833, de 27 de maio de 2011, desde que relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2010, no prazo a ser definido em regulamento.

§ 3º Considera-se débito consolidado, para efeito do disposto nesta Lei Complementar, o montante obtido pela soma dos valores referentes ao principal devido, à atualização monetária, aos juros de mora reduzidos, à multa reduzida, inclusive a de caráter moratório, e aos demais acréscimos previstos na legislação específica.

§ 4º Serão consolidados separadamente:



I – os débitos do ICM, do ICMS e do Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999;

II – os demais débitos relacionados no § 1º.

§ 5º O contribuinte poderá optar pelo pagamento de apenas uma das consolidações de que trata o parágrafo anterior.

§ 6º Os débitos referidos no caput, ainda não constituídos, deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§ 7º Os benefícios da Lei nº 3.194, de 29 de setembro de 2003 (REFAZ), da Lei nº 3.687, de 20 de outubro de 2005 (REFAZ II), da Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008 (REFAZ III) e da Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011, e das demais legislações em vigor não são cumulativos com os benefícios desta Lei Complementar, para os fins do § 2º, II e III.

§ 8º Os benefícios desta Lei Complementar não se aplicam ao crédito tributário decorrente de auto de infração que contenha penalidade relacionada à sonegação fiscal, fraude ou conluio.

Art. 2º O RESOLVE JÁ consiste na redução de juros de mora e multa, inclusive a moratória, relacionados aos débitos de que trata o artigo anterior, nas seguintes proporções:

- I – redução de 99% (noventa e nove por cento) para pagamento à vista;
- II – redução de 90% (noventa por cento) para pagamento em até três parcelas;
- III – redução de 80% (oitenta por cento) para pagamento em até cinco parcelas;
- IV – redução de 70% (setenta por cento) para pagamento em até sete parcelas;
- V – redução de 60% (sessenta por cento) para pagamento em até nove parcelas;
- VI – redução de 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até doze parcelas.

§ 1º O sujeito passivo para usufruir dos benefícios do programa, deve fazer a sua adesão até o dia 23 de novembro de 2012, cuja formalização será efetuada com o pagamento à vista ou da primeira parcela, neste último caso, após aceite pela administração tributária das garantias previstas em legislação para os débitos consolidados a partir de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

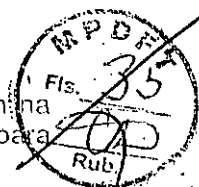
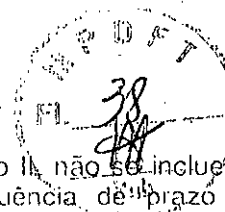
§ 2º Ficam reduzidos, na forma deste RESOLVE JÁ, em 50% (cinquenta por cento) os débitos relativos, exclusivamente, à penalidade pecuniária, por descumprimento de obrigações tributárias acessórias desde que pagos até o dia 23 de novembro de 2012.

§ 3º Os benefícios desta Lei Complementar ficam condicionados ao pagamento do crédito tributário consolidado, à vista ou parcelado, exclusivamente em moeda corrente, sendo vedada a utilização de precatórios, ou quaisquer outros títulos.

Art. 3º A adesão ao RESOLVE JÁ fica condicionada a:

- I – recolhimento do valor constante de documento a ser emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF, que informará o débito consolidado, o desconto concedido, a data-limite para o pagamento;
- II – desistência e renúncia expressas, nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo ao débito a ser quitado;
- III – aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e em regulamento específico;
- IV – apresentação, se for o caso, de procuração com poderes específicos do contribuinte ou responsável;
- V – apresentação de garantia real ou fiança bancária para os débitos consolidados a partir de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 1º A adesão ao RESOLVE JÁ dar-se-á na forma e nos prazos previstos em regulamento, que não poderá exceder ao dia 23 de novembro de 2012.



Parágrafo único. Desde que não se refira à situação descrita no inciso II, não se incluem na vedação deste artigo os débitos decorrentes de autuações em fluência de prazo para pagamento.

Art. 7º Aplicar-se-ão, na concessão de parcelamento pelo RESOLVE JÁ, no que não for contrário às disposições desta Lei Complementar, as normas existentes na legislação tributária para outras modalidades de parcelamento.

Art. 8º O recolhimento por qualquer das formas mencionadas no art. 2º não tem efeito homologatório e não impede a cobrança de débitos apurados pelo fisco posteriormente.

Art. 9º O descumprimento, a qualquer momento, dos requisitos desta Lei Complementar implicará a perda dos benefícios nela previstos, tornando imediatamente exigível o saldo existente, sem as reduções de que trata esta Lei Complementar.

Art. 10. O disposto nesta Lei Complementar não autoriza a restituição ou a compensação de importâncias já pagas.

Art. 11. Os benefícios de que trata esta Lei Complementar não se aplicam aos optantes do regime de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 12. O pagamento da primeira parcela autoriza a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, conforme dispuser o regulamento.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

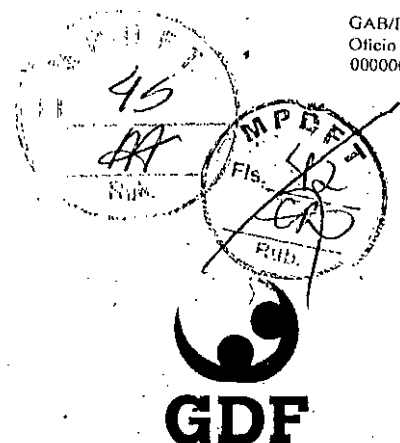
Brasília, xx de xx de 2012.

124ª da República e 53ª de Brasília

AGNELO QUEIROZ



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Gabinete do Secretário



OFÍCIO

Nº 362/2013 – GAB/SEF

Brasília, 22 de maio de 2013.

Ref.: Ofício nº 552/2013-PGJ/MPDFT – Encaminha Recomendação 001, de 29 de abril de 2013, das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Tributária.

Senhora Procuradora-Geral de Justiça,

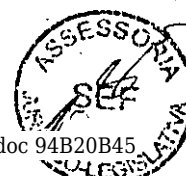
Em atenção ao conteúdo do Ofício nº 552/2013-PGJ/MPDFT, seguem os esclarecimentos desta Secretaria, acompanhados das informações e dos documentos ofertados pela Subsecretaria da Receita, por intermédio do Memorando nº 236/2013-SUREC/SEF, de 16 de maio de 2013.

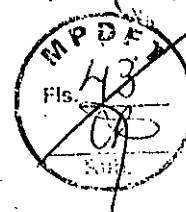
Como se sabe, ao Distrito Federal, como ente federativo dotado de competência constitucional para instituir os seus tributos, é autorizada a concessão de benefícios ou incentivos fiscais, por meio de lei específica que regule exclusivamente a matéria, precedido, no caso do ICMS, da celebração de convênio no âmbito do CONFAZ, nos termos da Constituição Federal de 1988, in verbis:

A Sua Excelência a Senhora
EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHO
Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT
Nesta

Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF-DF
SBN Q. 2 Bl. A, Ed. V. do Rio Doce, 13º Andar, CEP 70.040-909 - Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8114

Página 1 de 5



40
HA

"Art. 150 (...)

(...)

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, **só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal**, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, **sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (grifo nosso)**"

Atendendo ao comando constitucional, o programa Recupera DF, objeto da presente Recomendação, foi instituído por lei específica (Lei nº 5.096, de 10 de abril de 2013). Por contemplar o ICMS, o benefício está amparado no Convênio ICMS 149/12, de acordo com a determinação constante do § 6º do art. 135 da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, recepcionada pela Constituição Federal, conforme julgamento proferido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal – STF, na ADI 1179-1/São Paulo, Relator Min. Carlos Velloso; DJ de 12/04/1996. Destaca-se que, conforme entendimento do Parecer nº 251/2011-PROFIS/PGDF, a norma do CONFAZ foi homologada pelo art. 15 da Lei nº 5.096, de 2013.

Em relação aos aspectos orçamentário-financeiros, quais sejam, o atendimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 e da Decisão 222/2012-TCDF, conforme informado na Exposição de Motivos da Lei nº 5.096, de 2013, ratificado pelo Memorando nº 44/2013 – COPAF/SUREC (cópia anexa), a estimativa da renúncia de receita decorrente da redução de multas e juros moratórios pela implementação do programa de recuperação de créditos consta do demonstrativo da projeção de renúncia tributária elaborado para a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012), o que denota ter sido considerada esta desoneração na elaboração da estimativa de receita (art. 14, I, LC 101/2000 e item III, "b" e "c", Decisão 222/2012 - TCDF).

Em reforço, nesse aspecto, com a publicação da Lei nº 5.093, de 04 de abril de 2013, que alterou a Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, a qual dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013, o quadro

Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF-DF
SBN Q. 2 Bl. A, Ed. V. do Rio Doce, 13º Andar, CEP 70.040-909 - Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8114





denominado Projeção da Renúncia de Natureza Tributária para Multas e Juros – PLDO 2013, constante do Anexo XI, foi ajustado nos seguintes termos:

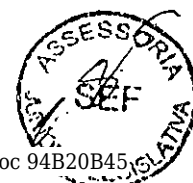
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Convênios ICMS 75/12 e 149/2012 e Projeto de Lei nº 1.399/2013	Natureza	2013	2014	2015
			Não inscritos na Dívida Ativa	19.376.112	2.822.922	1.914.322
			Inscritos na Dívida Ativa	129.452.725	18.860.078	12.789.678

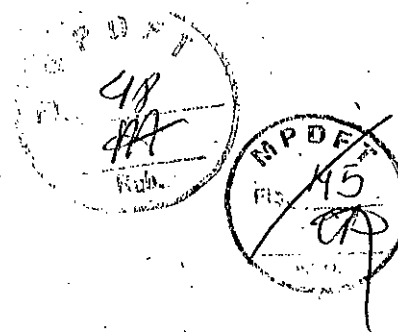
Superadas as questões relacionadas aos aspectos orçamentário-financeiros, importante destacar que a Lei nº 5.096/2013, embora possa ser formalmente considerada uma norma que concede benefício fiscal, na realidade, sua finalidade precípua é promover o incremento da arrecadação do Distrito Federal.

Noutro giro, é oportuno observar que a eficácia da Lei nº 5.096, de 2013, está restrita de **11 de abril de 2013, data de sua publicação, a 30 de maio de 2013, prazo final para o contribuinte aderir ao programa de recuperação de créditos**, inserindo-se no prazo do Plano de Plurianual 2012/2015. Veja o texto da Lei:

"Art. 4º A adesão ao RECUPERA/DF fica condicionada:
I – ao recolhimento do valor, constante de documento a ser emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, que informará o débito consolidado, o desconto concedido e a data-limite para o pagamento;
(...)
§ 1º A adesão ao RECUPERA/DF dá-se na forma e nos prazos previstos em regulamento, que não podem exceder:
I – ao dia 27 de maio de 2013, nos casos de declaração espontânea ou desmembramento do auto de infração;
II – ao dia 30 de maio de 2013, nos demais casos. (grifo nosso)

Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF-DF
SBN Q. 2 Bl. A, Ed. V. do Rio Doce, 13º Andar, CEP 70.040-909 - Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8114





(...)"

Quanto ao preceito legal do art. 154, parágrafo único, c/c art. 155-A, § 2º, do Código Tributário Nacional, pela simples leitura do texto da Lei, verifica-se que a benesse do programa de recuperação de crédito É VEDADA ao crédito tributário constituído cuja infração esteja tipificada na legislação tributária como sonegação fiscal, fraude ou conluio.

Por fim, importa esclarecer que o entendimento predominante na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a teor do Parecer nº 164/2013 – PROCAD/PGDF, é no sentido de que se não há medida judicial, liminar ou de mérito, expurgando a Lei, até que as normas sejam declaradas inconstitucionais, cumpre à Administração Pública dar-lhe fiel cumprimento, em observância à presunção de constitucionalidade, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL. LEI DISTRITAL Nº 5.014/2013. CRIAÇÃO DE NOVAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO EM LICITAÇÕES PÚBLICAS. INCONSTITUCIONALIDADE.

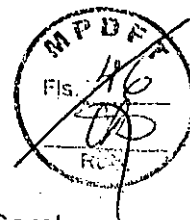
1. A Lei Distrital nº 5.014/2013 é flagrantemente inconstitucional, mas prevalece na Procuradoria-Geral do DF o entendimento de que deve ser cumprida até que o TJDF, o STF, o TCDF ou o TCU afirme sua inconstitucionalidade (Parecer nº 459/2010-PROCAD/PGDF).

2. Entretanto, a Lei não permite concluir, sob nenhuma forma de interpretação, se sua incidência prevista no preâmbulo avança sobre qualquer tipo de serviço (continuado ou não) e como a norma será compatibilizada com a Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamentou no DF o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, a qual não foi expressamente revogada pela norma sob análise.

3. Nenhum esforço mental permite imaginar ou criar essa compatibilização das normas, o que faz pressupor necessário - não para a vigência, mas para a eficácia da Lei, nº 5.014/2013 - a sua regulamentação por Decreto do Poder Executivo (art. 84, IV, CF), a fim de delinear o âmbito de sua incidência e a forma de sua compatibilização com as demais normas vigentes simultaneamente a ela. **(grifo nosso)**

Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF-DF
SBN Q. 2 Bl. A, Ed. V. do Rio Doce, 13º Andar, CEP 70.040-909 - Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8114



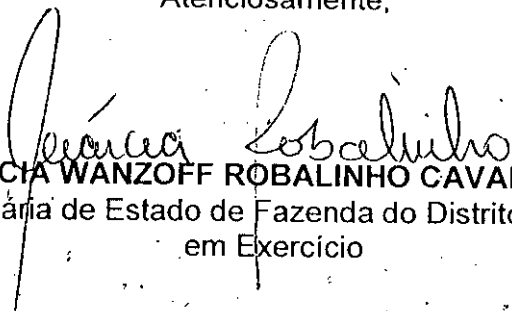
49
AA
2013

Assim, considerando a competência institucional da Procuradoria-Geral do DF de prestar orientação jurídico-normativa da Administração direta e indireta desta Unidade da federação¹, enquanto não houver declaração de inconstitucionalidade da norma, por razões de segurança jurídica e de legitimidade constitucional, não cabe ao Poder Executivo distrital afastá-la do ordenamento jurídico, negando sua aplicação.

Com essas considerações, espero ter apresentado suficientes esclarecimentos aos termos da Recomendação nº 1, de 29 de abril de 2013, das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Tributária.

Ao tempo em colocó esta Pasta à inteira disposição deste *Parquet*, aproveito a ocasião para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

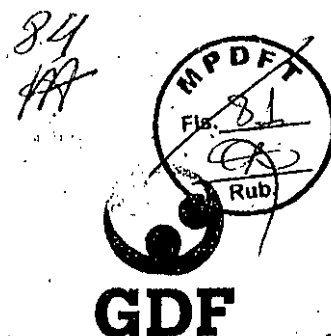

MÁRCIA WANZOFF ROBALINHO CAVALCANTI
Secretária de Estado de Fazenda do Distrito Federal
em Exercício

¹ Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001. Art. 4º Compete à Procuradoria-Geral do Distrito Federal: (...) XVII – prestar orientação jurídico-normativa para Administração Direta e Indireta do Distrito Federal;





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Gabinete do Secretário



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 16 /2013 - GAB/SEF

Brasília, 12 de março de 2013.

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e posterior envio à Câmara Legislativa do Distrito Federal, anteprojeto de lei que institui o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – RECUPERA DF.

A proposta em apreço tem por objetivo, sobretudo, promover a regularização de créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.

A proposição, quanto ao ICMS, tem amparo legal no **Convênio ICMS 149/12**, que autoriza o **Distrito Federal** a instituir programa de recuperação de créditos tributários, destinado a dispensar ou reduzir multas e juros e demais acréscimos legais, exceto a atualização monetária, relacionados com o ICM e o ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, bem como conceder parcelamento para o respectivo pagamento.

Setor, Protocolo Legislativo
PL Nº 1399/2013
Folha Nº 33 R 117

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SBN Qd. 2 Bloco A Ed. Vale do Rio Doce, 13º andar, CEP 70.040-909 - Brasília-DF
Fone: (61) 3312-8371 Fax: (61) 3312-8163



Para os demais tributos, o Distrito Federal, como ente federativo dotado de competência constitucional para instituir os seus tributos, tem a faculdade de conceder benefício ou incentivos fiscais, bem como estabelecer condições para fruição desses benefícios, por meio de lei específica que regule exclusivamente a matéria, nos termos da ¹Constituição federal de 1988.

Cumpra-se destacar que os prazos, as reduções e as condições de fruição foram estipuladas de maneira uniforme para todos os tributos de competência do Distrito Federal e, atendendo aos ditames constitucionais, todos os dispositivos estão em consonância com o **Convênio ICMS 149/12**.

De início, a proposta tem por objetivo imediato proporcionar aos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, a regularização dos seus débitos e, de forma mediata, criar ambiente favorável ao desenvolvimento econômico no Distrito Federal, por meio da redução de juros de mora e multa de créditos tributários do Distrito Federal, nos seguintes percentuais:

- I - 99% (noventa e nove por cento) para pagamento à vista;
- II - 90% (noventa por cento) do seu valor, no pagamento em 2 (duas) parcelas;
- III - 85% (oitenta e cinco por cento) do seu valor, no pagamento em 3 (três) parcelas;
- IV - 80% (oitenta por cento) do seu valor, no pagamento em 4 (quatro) parcelas;
- V - 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor, no pagamento de 5 (cinco) a 12 (doze) parcelas;
- VI - 40% (quarenta por cento) do seu valor, no pagamento de 13 (treze) a 60 (sessenta) parcelas.

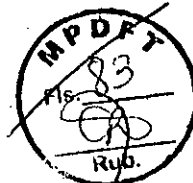
Cabe esclarecer que o contribuinte, para usufruir dos benefícios do programa, deverá fazer a sua adesão até o dia 30 de maio de 2013, cuja formalização será efetuada com o pagamento à vista ou da primeira parcela, bem

Art. 150 (...)

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (grifo nosso).

Sector Protocolo Legislativo
PL Nº 1379/2013

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SBN Qd. 2 Bloco A Ed. Vale do Rio Doce, 13º andar, CEP 70.040-909 - Brasília-DF
Fone: (61) 3812-8371 Fax: (61) 3312-8163



como, para os débitos consolidados a partir de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de aceite pela administração tributária das garantias apresentadas.

De fato, como medida de incremento à arrecadação, a proposição vincula a fruição do benefício ao pagamento do crédito tributário consolidado, à vista ou parcelado, **exclusivamente em moeda corrente**, sendo vedada a utilização de precatórios, ou quaisquer outros títulos.

Deste modo, a proposta legiferante que ora se apresenta é instrumento de saneamento da economia local, redutora do endividamento de pessoas físicas e jurídicas, propulsora de investimento e seus consectários, e, por esses motivos, se sugere que seja solicitada urgência na apreciação da proposta, na forma do artigo 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Oportuno ressaltar que, conforme informação da Coordenação de Tributação da Subsecretaria da Receita desta Secretaria a desoneração tributária da norma ora proposta, é de caráter não geral e, por essa razão, sua concessão se condiciona ao atendimento das exigências previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

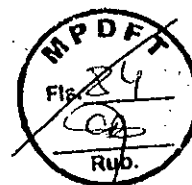
No que tange ao aspecto orçamentário, cumpre enfatizar que os benefícios fiscais veiculados pelos destacados Convênios ICMS, importam em renúncia de receita nos seguintes valores:

2013	2014	2015
93.937.000	21.683.000	14.704.000

Fonte: Memorando nº13/2013 – GEPOF/COPAF/SUREC

Para o corrente foram mensurados e estão incluídos nos quadros de projeção da renúncia de receita que integram a Lei nº 5.011, de 28 de dezembro de 2012 – LOA/2013, o valor de R\$ 148,8 milhões de reais. Ressalte-se, por outro lado, que para os períodos seguintes os valores do impacto da renúncia de receita serão considerados por ocasião da elaboração das propostas de leis orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015, atendendo, assim, ao disposto no art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

São essas as razões que justificam o encaminhamento deste anteprojeto de lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal.



Aproveito para sugerir que seja solicitada urgência na apreciação da proposição ora encaminhada na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO

Secretário de Estado de Fazenda

Sector Protocolo Legislativo

PL 1394/2013

Folha Nº 14 R 177

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SBN Qd. 2 Bloco A Ed. Vale do Rio Doce, 13º andar, CEP 70.040-909 - Brasília-DF

Fone: (61) 3312-8371 Fax: (61) 3312-8163

92
177

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

Ofício nº 343/2013-MPDFT/PDOT

Brasília, 01 de outubro de 2013.

Ao Senhor

WILSON JOSÉ DE PAULA

Subsecretário de Estado da Receita

SBN Qd. 02 Bloco A – 7º Andar – sala 703 – Ed. Vale do Rio Doce

71205-060 Brasília – DF

Telefones: 3312-8490/8475 3312-8006

Fax: 3312-8466

Referência: Procedimento Preparatório nº 08190.022335/13-16

Senhor Subsecretário,

Tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar n.º 75, requisito as seguintes informações: (1) o valor total da renúncia de receitas produzida pelo programa RECUPERA/DF, em decorrência da redução dos juros de mora e multas; (2) listagem de todos os créditos tributários constituídos através de autos de infração que foram objeto da redução de juros de mora e multas, em razão da adesão ao programa RECUPERA/DF, devendo constar o percentual da multa tributária aplicado em cada caso; e (3) quais foram os instrumentos e procedimentos utilizados para impedir a adesão ao programa RECUPERA/DF de créditos tributários classificados na legislação tributária como “sonegação fiscal, fraude ou conluio”.

Nos termos do § 5º, do art. 8º, da Lei Complementar nº 75/93, assinalo o prazo de 30 (dez) dias para resposta.

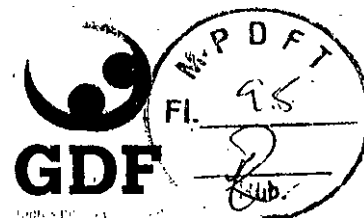
Atenciosamente,

André Cappi
ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA

Promotor de Justiça Adjunto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria da Receita



Ofício n.º 2629 /2013 – SUREC/SEF

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Referência: Procedimento Preparatório nº 08190.022335/13-16

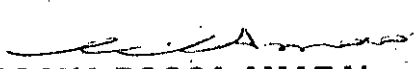
Senhor Promotor,

De ordem do Subsecretário da Receita e em atenção ao **Ofício nº. 343/2013-MPDFT/PDOT**, encaminhamos resposta parcial, por meio do Memorando nº 041/2013-GEPOF/COPAF/SUREC, em anexo, com as informações relativas à renúncia de receitas produzida pelo Programa RECUPERA/DF.

Esclarecemos que as respostas aos demais itens já foram demandadas à Coordenação de Arrecadação Tributária desta Subsecretaria, que aguarda a extração e consolidação dos dados constantes dos sistemas da SEF para posterior envio.

Antecipadamente agradecemos a compreensão, e informamos que tão logo os relatórios estejam consolidados, os mesmos serão encaminhados com a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,


ROSANA ROCCA AMARAL
Assessora – SUREC/SEF

Ilmo. Sr.

ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA

Promotor de Justiça Adjunto

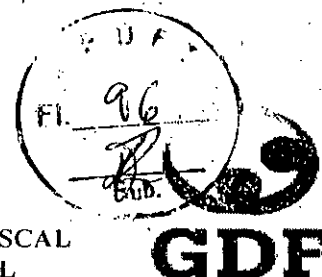
Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

BRASÍLIA - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E ANÁLISE FISCAL
GERÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POLÍTICA FISCAL

**MEMORANDO**

Nº 041/2013 – GEPOF/COPAF/SUREC

Brasília, 11 de OUTUBRO de 2013

À Gerente de Estudos Econômicos de Política Fiscal (GEPOF)

Assunto: Ofício nº 343/2013- MPDFT/PDOT

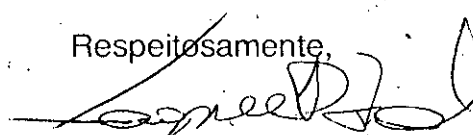
Em atendimento ao expediente supracitado, que requisita desta SUREC “o valor total da renúncia de receitas produzida pelo programa RECUPERA/DF, em decorrência da redução de juros de mora e multas”, informamos que, de acordo com os dados disponíveis nesta SEF, são os seguintes os valores de renúncia produzidos pelo programa:

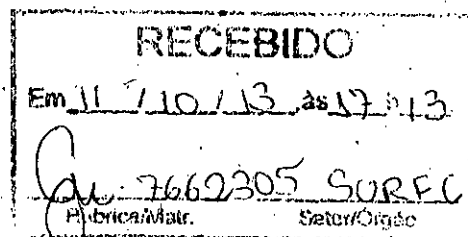
Programa RECUPERA/DF

Tributo	Valor da Renúncia
ICMS	103.903.390,68
ISS	59.300.076,52
IPVA	4.073.435,60
IPTU	39.748.108,80
ITBI	1.413.483,13
ITCD	35.025.299,37
TLP	8.232.180,84
Simples	3.567.181,64
Multa Acessória	10.055.727,46
Total	265.318.884,04

Fonte: Rotina A7001754 (NULIQ/CORAT/SUREC)

Respeitosamente,


Wagner Pinheiro Paschoal
 Assistente da GEPOF

*“Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade”*

Missão da Subsecretaria da Receita: “Nossa missão é arrecadar receitas tributárias visando suprir o Distrito Federal de recursos financeiros necessários para o cumprimento de sua função social. Participar na formulação de políticas tributárias e promover ações de educação fiscal”.

SBN Q. 02 – Bloco A – Ed. Vale do Rio Doce Edifício - 10º Andar – sala 1008 – CEP: 72.040-909
 Fone (61) 3312- 8049 – Fax (61) 3312- 8466

Memória de cálculo em: Arqsrv\COPET\GEPOF\Memorando\2013\ 41-2013 (ofício 343.13 mpdft) WPP

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o edoc 94B20B45

Memorando nº 41/2013 – GEPOF/COPAF/SUREC


De acordo. Encaminhe-se à COPAF.

Brasília, 11 de outubro de 2013.


Patrícia Ferreira Motta Café
Gerente de Estudos Econômicos de Política Fiscal

De acordo. Encaminhe-se ao GAB/SUREC.

Brasília, 11 de outubro de 2013.


Marco Antônio Lima Lincoln
Coordenador de Planejamento, Pesquisa e Análise Fiscal

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

Missão da Subsecretaria da Receita: "Nossa missão é arrecadar receitas tributárias visando suprir o Distrito Federal de recursos financeiros necessários para o cumprimento de sua função social. Participar na formulação de políticas tributárias e promover ações de educação fiscal".

SBN Q. 02 – Bloco A – Ed. Vale do Rio Doce Edifício - 10º Andar – sala 1008– CEP: 72.040-909
Fone (61) 3312- 8049 – Fax (61) 3312- 8466

Memória de cálculo em: Arqsrvc\COPET\GEPOF\Memorando\2013\ 41-2013 (ofício 343.13 mpdf) WPP



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria da Receita



Ofício n.º 2.704 /2013 – SUREC/SEF

Brasília, 25 de novembro de 2013.

Referência: Procedimento Preparatório nº 08190.022335/13-16

Senhor Promotor,

De ordem do Subsecretário da Receita e em adição ao Ofício nº 2.629/2013-SUREC/SEF, encaminhamos o anexo **Memorando nº 136/2013-CORAT/SUREC**, acompanhado de 01 (um) CD, com as informações complementares solicitadas no Ofício nº. 343/2013-MPDFT/PDOT.

Atenciosamente,


ROSANA ROCCA AMARAL
Assessora – SUREC/SEF

Ilmo. Sr.
ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA
Promotor de Justiça Adjunto
Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
BRASÍLIA - DF

BPAB



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria da Receita
Coordenação de Arrecadação Tributária



MEMORANDO

Nº 136/2013 –CORAT/SUREC/SEF

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Ao Senhor Subsecretário da Receita

Referência: Resposta ao Ofício nº 343/2013-MPDF/PDOT – Referência:
Procedimento Preparatório nº 08190.022335/13-16

Senhor Subsecretário,

Apresento resposta aos questionamentos formulados pela douta Promotoria de Defesa da Ordem Tributária, os quais são transcritos a seguir.

- (1) O valor total da renúncia de receitas produzida pelo programa RECUPERA/DF, em decorrência da redução de juros e multas;

Resposta: De acordo com extração efetuada do sistema SITAF em 26 de julho de 2013, a qual foi transformada em planilhas Excel que se encontram no CD em anexo, o total de juros e multa concedidos como desconto no programa RECUPERA/DF até a data citada foi de R\$259.756.095,90, conforme tabela resumo impressa em anexo.

Torna-se importante destacar a data da informação, porque uma parcela dos valores arrecadados no referido programa de recuperação fiscal está sendo paga de forma parcelada, sendo que seus prazos de parcelamento variam de 2 a 60 parcelas, por conseguinte, o valor total da renúncia somente será conhecido quando a última parcela for paga.

- (2) Listagem de todos os créditos tributários constituídos através de autos de infração que foram objeto de redução de juros de mora e multas, em razão da adesão ao programa RECUPERA/DF, devendo constar o percentual da multa tributária aplicado a cada caso.

Resposta: Para a presente pergunta, faz-se necessário que o MPDF manifeste-se de forma mais específica, pois teremos que determinar o desenvolvimento de rotina no SITAF para obtermos essas informações. Todo desenvolvimento de rotinas são despesas para a SUREC, uma vez que a tecnologia da informação é totalmente terceirizada, daí, se a demanda solicitada não for exatamente o que se deseja, nova rotina deverá ser desenvolvida, com sua consequente nova despesa.

Objetivando auxiliar na presente questão, apresento algumas opções.

Somente relativo ao programa Nota Legal (receita 5298) foram criadas mais de 14.000 origens em 2013, na situação 01 (pagas) e 2.000 na situação 39 (parcelamento). Entretanto, lembro que, embora constituídas por meio de autos de infração, todas essas multas são "Multas Acessórias". Seria esta informação relevante?

Quando se refere a auto de infração, são os que já estão inscritos em dívida ativa ou os



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria da Receita
Coordenação de Arrecadação Tributária



que estão em fase de julgamento administrativo? Isto é importante, porque estes últimos não estão no sistema.

Pesquisa sumária efetuada no sistema SITAF demonstrou que somente um auto de infração foi parcelado no RECUPERA/DF, AI 1200/2008, processo administrativo nº 00040 000596/ 2008, o qual está sendo levantado para determinar seu valor e suas multas. Todavia, esta pesquisa foi superficial e não é conclusiva, porém, já nos permite antever que o número de autos de infração pagos ou parcelados foi diminuto, como era de se esperar nesse programa de recuperação de créditos que objetivava resgatar o cidadão que estava devendo tributos ao GDF e não empresas que tivessem praticado sonegação.

Ainda relativamente a esta questão, a proposta que apresentamos seria uma reunião com o MPDFT para que pudéssemos definir exatamente as informações que aquela douta Promotoria deseja obter.

(3) Quais foram os instrumentos de controle e procedimentos utilizados para impedir a adesão ao programa RECUPERA/DF de créditos tributários classificados na legislação tributária como "sonegação fiscal, fraude ou conluio".

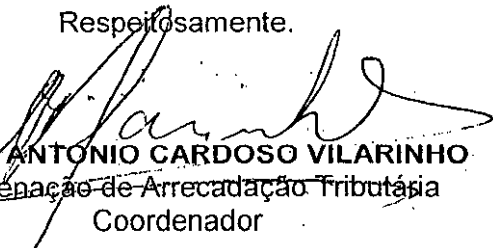
Resposta: Previamente à resposta, faz-se necessária uma explicação:

Para tornar o programa RECUPERA/DF operacional no sistema SITAF, primeiramente foram calculados os débitos de todos os contribuintes e gerados os "consolidados" desses débitos, nos termos da Lei 5.096/2013, que instituiu o referido programa. Ou seja, um consolidado para o ICMS e Simples Candango, outro consolidado para Demais Tributos e ISS e assim por diante.

No sistema SITAF todos os débitos inscritos de cada contribuinte são discriminados por códigos específicos, classificando o tipo do tributo, os juros e as multas, se moratória, 50%, 100% ou 200%.

Ao se gerar os consolidados para o RECUPERA/DF, simplesmente não se incluiu qualquer código relacionado à multa de 200%, seja para o ICMS ou o ISS. Para esses casos, se o contribuinte, eventualmente autuado em uma situação em que houvesse, por exemplo, multa de 100% e 200%, não existiria no sistema um consolidado para aquele auto de infração, sendo necessário que o contribuinte viesse à SEF, seja na Gerência de Julgamento do Contencioso Tributário, seja no TARF, abrir mão da lide, para que depois fosse extraída do auto de infração, manualmente, a parcela que poderia ser beneficiada pelo programa, da parcela não beneficiada, a qual ele teria que pagar a vista, que é a referente à sonegação. Desta forma, entendo que o sistema ficou bastante seguro, de modo a impedir que qualquer multa de 200% fosse paga com benefício desse programa, pois, simplesmente, esse tipo de multa não foi inserida no programa RECUPERA/DF, de forma automática, ou seja, os contribuintes com esse tipo de débito sequer foram notificados e, caso recorressem a alguma Agência de Atendimento da Receita, nada poderia ser feito naquele nível de atendimento, relativamente a esta situação.

Respeitosamente.


MARCO ANTONIO CARDOSO VILARINHO
Coordenação de Arrecadação Tributária
Coordenador



DATA: 26/07/13 SECRETARIA DE FAZENDA DO GDF
RELATORIO RENUNCIA DE RECEITA DO RECUPERA/DF
01/04/2013 A 26/07/2013

QUADRO RESUMO

	<u>VLR SEM DESC</u>	<u>TOTAL GERAL</u> <u>VLR COM DESC</u>	<u>DIFERENCA</u>
DAT A VISTA	297.265.536,55	127.221.185,45	170.044.351,10
NÃO DAT A VISTA	179.940.973,03	100.846.405,28	79.094.567,75
DAT PARC	9.004.262,89	6.722.049,48	2.282.213,41
NÃO DAT PARC	28.071.079,71	19.736.116,07	8.334.963,64
TOTAL	514.281.852,18	254.525.756,28	259.756.095,90

DAT = Dívida Ativa
PARC = PARCELADO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM TRIBUTÁRIA

Ofício nº 215/2014-MPDFT/PDOT

Brasília, 18 de junho de 2014.

Ao Senhor

WILSON JOSÉ DE PAULA

Subsecretário de Estado da Receita

SBN Qd. 02 Bloco A – 7º Andar – sala 703 – Ed. Vale do Rio Doce

70040-909 Brasília – DF

Senhor Subsecretário,

Tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93, solicito as seguintes informações:

a) se há, na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2013 e nos dois seguintes, estimativa de impacto orçamentário da renúncia de receita promovida pela Lei distrital 5.096/2013 (art. 14, *caput*, da LRF);

a.1) havendo a previsão na LDO (ou em outra lei orçamentária), indicar em qual anexo ela foi incluída;

a.2) se a previsão tiver sido parcial, indicar quais as providências pendentes;

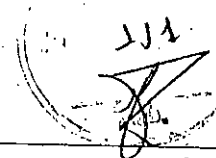
b) se foi incluída, na Lei Orçamentária Anual referente aos exercícios de 2013 e seguintes, a demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias (art. 14, I, da LRF);

b.1) em caso afirmativo, indicar em qual anexo ela foi incluída;

b.2) em caso negativo, a Lei Orçamentária Anual referente aos exercícios de 2013 e seguintes foi acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo,

PRAÇA DO BURITI - EDIFÍCIO-SEDE DO MPDFT - 3º ANDAR - SALAS 354/358 - CEP: 70.094-900

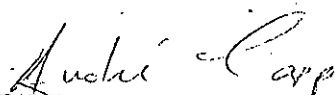
MPDFT - SECRETARIA/OFFICIO 2014/6f 211/2014/SUREC.doc

111


majoração ou criação de tributo ou contribuição (art. 14, II, da LRF)? Favor indicar o anexo em que ela foi incluída.

c) se foi incluída, na Lei Orçamentária Anual referente aos exercícios de 2013 e seguintes, o demonstrativo regionalizado do efeito da renúncia de receita (art. 5º, II, da LRF, e art. 165, § 6º, da CF).

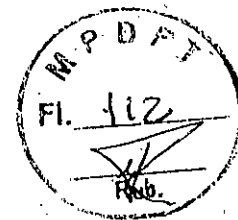
Atenciosamente,


ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA

Promotor de Justiça



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria da Receita



OFÍCIO Nº. 1593/2014 – SUREC/SEF

Brasília, 11 de Julho de 2014.

Referência: Ofícios nºs 215 e 216/2014-MPDFT/PDOT.

Senhor Promotor,

De ordem do Subsecretário da Receita e em atenção aos Ofícios nºs 215 e 216/2014-MPDFT/PDOT, encaminhamos, em anexo, as informações prestadas pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais, por meio do Memorando nº. 04/2014-GEPLA/AEF/SEF.

Atenciosamente,

CUSTÓDIO JOANES DE OLIVEIRA
Assessoria – SUREC/SEF

Senhor
ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA
Promotor de Justiça
Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
BRASÍLIA - DF

SPROP/DIARO/SEI MPDFT 16:30 11/JUL/2014 0009354

BR/DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO FISCAL

113
[Assinatura]

MEMORANDO

Nº 004/2014 – GEPLA/AEF/SEF

Brasília, 9 de julho de 2014

A Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais

Assunto: Ofícios nº 215 e 216/2014 – MPDFT/PDOT

10/07/14 17:25
[Assinatura]

Em atendimento aos expedientes supracitados, informamos o seguinte:

1. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (LDO 2013), com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 5.191/13, contempla, em seu Anexo XI, estimativa de renúncia de receita decorrente de implementação de programa de recuperação de créditos tributários na forma de redução de multas e juros para o triênio de 2013 a 2015. O programa, denominado Recupera DF, instituído pela Lei nº 5.096/13, compreendeu também uma segunda fase, previsto na Lei nº 5.211/13, cujo impacto orçamentário se encontra igualmente estimado na LDO 2013.

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) - PLDO 2013						
CAPITULAÇÃO LEGAL			NATUREZA	2013	2014	2015
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Convênios ICMS 75/2012, 149/2012, 50/2013, Lei 5.096/2013 e Projeto de Lei nº 1.636/2013 (Recupera DF fase II)	Não inscritos na Dívida Ativa	519.376.112	2.822.922	1.914.322
			Inscritos na Dívida Ativa	529.452.725	18.860.078	12.789.678
			TOTAL	1.048.828.837	21.683.000	14.704.000

2. Por sua vez, a LDO para 2014 também prevê os efeitos da Lei nº 5.096/2013, no que foi seguida pela LOA 2014. A projeção realizada naquela ocasião se deu conforme os quadros abaixo (Anexos XI e seguinte e Anexo 6, quadro IV, respectivamente).

PROJEÇÃO DA RENUNCIA DE NATUREZA TRIBUTARIA PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) - PLDO 2014						
CAPITULAÇÃO LEGAL			NATUREZA	2014	2015	2016
		Convênio ICMS 149/12 e Lei nº 5.096/13 (Recupera DF)	Não inscritos na			
			Dívida Ativa	2.822.922	1.914.322	1.097.897
			Inscritos na			
			Dívida Ativa	18.860.078	12.789.678	7.335.103
TOTAL				21.683.000	14.704.000	8.433.000

Secretaria de Estado de Fazenda – Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais – AEF/SEF-DF
SBN - Qd. 02 - Ed. Vale do Rio Doce, 6º andar, Sala 601, CEP: 70.040-909 – Brasília-DF
Telefone: (61) 3312 8016

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) - PLOA 2014					
CAPTURAÇÃO LEGAL			NATUREZA	2014	2015
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Convênio ICMS 149/12, Lei nº 5.095/13 (Recupera DF) e Projeto de Lei "Recupera-DF Fase 2"	Não inscritos na Dívida Ativa	6.052.598	4.881.488
			Inscritos na Dívida Ativa	13.267.400	10.178.625
			TOTAL	19.319.998	15.060.113

3. Vale ressaltar, tendo em vista o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que a instituição do programa Recupera DF (fases 1 e 2) não alterou volume total da renúncia tributária prevista na LDO e na LOA para o exercício de 2013.
4. Por fim, informamos que os Projetos de Leis Orçamentárias Anuais para os exercícios de 2013 e 2014, convertidos, respectivamente, nas Leis nº 5.011/13 e 5.289/13, consideram os valores previstos da renúncia tributária na apuração da receita corrente líquida, nos termos do art. 12 da LRF (Anexo 11.1).

Atenciosamente,

Wagner Pinheiro Paschoal
Gerente de Planejamento Fiscal

De acordo.
Encaminhe-se ao GAB/SEF. Após, à SUREC.

Brasília, 10 de JULHO de 2014.

Marco Antonio Lima Lincoln
Chefe da Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais

Exato
A SUREC

10.7.2014

Secretaria de Estado de Fazenda - Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais - AEF/SEF-DF
SBN - Qd. 02 - Ed. Vale do Rio Doce, 6º andar, Sala 601, CEP: 70.040-909 - Brasília-DF
Telefone: (61) 3312 8016